

Associação de
Cultura, Educação
e Assistência
Social Santa
Marcelina

(Santa Marcelina Cultura - Mantenedora)

**Demonstrações financeiras "carve-
out" em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras "carve-out"	12





KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Administradores da
Santa Marcelina Cultura, Mantenedora da Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da **Santa Marcelina Cultura** ("Entidade"), mantenedora da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santa Marcelina Cultura**, mantenedora da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira da Mantenedora (centro de custo matriz) da Associação de Cultura, Santa Marcelina e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Associação, cuja apresentação não é requerida às entidades de direito privado sem fins lucrativos foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras "carve-out" e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras "carve-out" tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras "carve-out" do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de janeiro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

KPMG Assurance Services Ltda. uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Assurance Services Ltda. is Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.871	260.187	Fornecedores		-	6.959
Títulos e valores mobiliários	5	181.127	-	Outras contas a pagar		-	34.731
Total do ativo circulante		<u>263.998</u>	<u>260.187</u>	Total do passivo circulante		<u>-</u>	<u>41.690</u>
Ativo não circulante				Patrimônio líquido	8		
Imobilizado	6	2.027.354	2.343.604	Patrimônio Social		2.562.101	2.882.338
Intangível	7	112.000	-	(Déficit) do exercício		(158.749)	(320.237)
Total do ativo não circulante		<u>2.139.354</u>	<u>2.343.604</u>	Total do patrimônio líquido		<u>2.403.352</u>	<u>2.562.101</u>
Total do ativo		<u><u>2.403.352</u></u>	<u><u>2.603.791</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>2.403.352</u></u>	<u><u>2.603.791</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais			
Receitas próprias	10	140.324	103.803
Doações	11	248.280	499.606
Receitas com trabalhos voluntários	3.1	<u>304.433</u>	<u>12.016</u>
		693.037	615.425
Custos e despesas operacionais			
Despesas gerais	12	(44.656)	(423.687)
Despesas de depreciação	6	(319.570)	(328.259)
Serviços prestados por terceiros	13	(167.761)	(142.483)
Despesas com locações		(1.125)	(12.035)
Despesas com impostos e taxas		(3.827)	(170)
Despesas com trabalhos voluntários	3.1	<u>(304.433)</u>	<u># (12.016)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(148.335)</u>	<u>(303.226)</u>
Despesas financeiras	14	(18.132)	(18.389)
Receitas financeiras	14	<u>7.718</u>	<u>1.378</u>
Despesas financeiras, líquidas	14	<u>(10.414)</u>	<u>(17.011)</u>
Déficit do exercício		<u><u>(158.749)</u></u>	<u><u>(320.237)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Déficit do exercício	(158.749)	(320.237)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(158.749)</u></u>	<u><u>(320.237)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Handwritten signature and mark

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	3.292.396	(410.058)	2.882.338
Incorporação do déficit do ano anterior ao patrimônio social	(410.058)	410.058	-
Déficit do exercício	-	(320.237)	(320.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.882.338	(320.237)	2.562.101
Incorporação do déficit do ano anterior ao patrimônio social	(320.237)	320.237	-
Déficit do exercício	-	(158.749)	(158.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.562.101	(158.749)	2.403.352

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(158.749)	(320.237)
Ajustes por:		
Rendimento financeiro de títulos e valores mobiliários	(6.723)	-
Depreciações - imobilizado	319.570	328.259
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(6.959)	107
Outras contas a pagar	(34.732)	34.731
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>112.407</u>	<u>42.860</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(309.870)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	135.467	-
Adições no intangível	(112.000)	-
Adições no imobilizado	(3.320)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(289.723)</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>(177.316)</u>	<u>42.860</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260.187	217.327
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>82.871</u>	<u>260.187</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>(177.316)</u>	<u>42.860</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Receitas operacionais brutas		
Receitas próprias	140.324	103.803
Doações	248.280	499.606
Outras receitas operacionais	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(167.761)	(142.484)
Despesas administrativas	(44.656)	(423.687)
Outras despesas	-	-
Valor adicionado bruto	<u>176.187</u>	<u>37.238</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	<u>(319.570)</u>	<u>(328.259)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	<u>(143.383)</u>	<u>(291.021)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>7.718</u>	<u>1.378</u>
	<u>7.718</u>	<u>1.378</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(135.665)</u>	<u>(289.643)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	<u>3.827</u>	<u>170</u>
Municipais	3.827	170
Estaduais		
Federais		
Remuneração de capitais de terceiros	<u>19.257</u>	<u>30.424</u>
Aluguéis e despesas financeiras	19.257	30.424
Remuneração de capitais próprios	<u>(158.749)</u>	<u>(320.237)</u>
Déficit do exercício	<u>(158.749)</u>	<u>(320.237)</u>
Total valor adicionado	<u>(135.665)</u>	<u>(289.643)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras “carve-out”

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude, adultos e idosos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pelas legislações aplicáveis.

Todas as ações administrativas da Associação na execução de seus objetivos institucionais se caracterizam como promoção beneficente de assistência social e filantrópica ao atendimento de suas finalidades, inclusive seus investimentos patrimoniais, suas despesas, suas receitas, seus ingressos, seus desembolsos e suas gratuidades.

No exercício de suas finalidades institucionais, a Associação não faz discriminação de etnia, raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social, nem por aspecto e condição, em qualquer circunstância.

Dentro de suas possibilidades e especialidades, a Associação, pode firmar contratos, convênios e instrumentos de parceria, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para o desenvolvimento de suas finalidades institucionais.

A Associação tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo General Osório, nº 147, no bairro Santa Efigênia (CEP 01213-010), podendo abrir e fechar Filias em todo o Território Nacional.

A Associação incorreu em déficits durante os exercícios de 2021 e 2020, gerados substancialmente pelos efeitos das depreciações do ativo imobilizado (sem efeito caixa). Se desconsiderado tal efeito, a Associação apresentaria superávit de R\$ 160.821 em 2021 (R\$ 8.023 em 2020)

1.1 Impacto do COVID-19 nas operações

A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo.

As demonstrações financeiras “carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam apenas o patrimônio da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina Cultura (Matriz), Mantenedora da Associação de Cultura Santa Marcelina (“Associação”), desta maneira, como a maioria das atividades são realizadas por meio dos projetos geridos pela Associação, a pandemia do novo coronavírus não gerou impactos significativos que pudessem afetar suas operações e resultado.

Não detectamos nenhum impacto de *impairment* no exercício por conta deste evento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” e principais práticas contábeis adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras “carve-out” da Associação foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras “carve-out” que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina Cultura (Matriz), Mantenedora da Associação de Cultura, Santa Marcelina (“Associação”) os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria da Associação.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (projetos oriundos do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Lei Rounet, operações e resultados de filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou termos de colaboração).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras “carve-out” do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 16 de fevereiro de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras “carve-out” são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras “carve-out”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.b (iii)).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

(ii) ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Associação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras "carve-out" em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - Instrumentos financeiros.

d. **Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Imóveis	25
Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instrumentos musicais	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Associação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

d. Arrendamentos

No início de um contrato, a Associação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Associação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Associação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Associação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Associação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Associação.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Associação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Associação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Associação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

e. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo histórico de aquisição. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável são submetidas a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*impairment*).

Em 2021 a Associação encomendou de empresa especializada em desenvolvimento de games para os sistemas operacionais Android/IOS, um software com conteúdo das aulas de teoria musical para celulares e computadores. O aplicativo será gratuito e estará disponível a todos os alunos de música no Brasil, escolas, e instituições de ensino, no momento em que estiver disponível para uso, terá sua vida útil atribuída.

(ii) **Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Provisões, passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Associação tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Associação não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

i. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a Associação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado para uma entidade beneficente, congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S, se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Profetas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for fixado pela Assembleia Geral.

j. Reconhecimento de receita

A Associação reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Associação.

k. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

l. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas com atividades das unidades mantenedores e não geram impactos no resultado das demonstrações financeiras "carve-out" pois visam, tão somente, atender a esse dispositivo contábil.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Associação registrou o montante de R\$ 304.433 referente a trabalhos voluntários (R\$ 12.016 em 2020).

m. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 a Associação não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Associação não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, incluindo operações de hedge.

n. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Associação. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 15.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Associação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue:

- Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/NBC TG 25 (R2)).
- Imposto diferido - Relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/NBC TG 32 (R4)).
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/NBC TG 48, CPC 38, CPC 40/NBC TG 40 (R3), CPC 11/NBC TG 11 (R2) e CPC 06/NBC TG 06 (R3)).

Outras normas - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Associação:

- Concessões de aluguel relacionados à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/NBC TG 06 (R3));
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/NBC TG 27 (R4));
- Referência a Estrutura Conceitual (alterações no CPC 15/NBC TG 15 (R4));
- Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5));
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)); e
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	71.971	-
Aplicações financeiras	<u>10.900</u>	<u>260.187</u>
	<u>82.871</u>	<u>260.187</u>

A Associação possuía em 2020, aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco Santander. Durante o exercício de 2021, a Administração avaliou novas modalidades de investimentos mais rentáveis, definindo assim por aplicar tais recursos em Títulos e Valores Mobiliários na mesma instituição financeira (vide nota explicativa nº 5).

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 11,08% a 50,69% do CDI em 2021 e 2020.

5 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento - Referenciado DI Títulos Públicos Premium (a)	143.329	-
Fundo de investimento - Referenciado DI Master FIC FI (b)	<u>37.798</u>	<u>-</u>
	<u>181.127</u>	<u>-</u>

Em 2021, a Associação manteve seus investimentos junto ao Banco Santander. A carteira é composta da seguinte forma:

- (a) Referenciado DI Títulos Públicos Premium com rentabilidade média de 116.19% do CDI. Composta por cotas de fundos de investimentos, títulos públicos federais, depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras.
- (b) Referenciado DI Master FIC FI com rentabilidade média de 97% do CDI. Composta por cotas de fundos de investimentos, títulos públicos federais, depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras.

Mapa de movimentação do saldo de títulos e valores mobiliários

	2021
Saldo inicial	-
Aplicação	309.870
Rendimentos	6.723
Resgate líquido	<u>(135.466)</u>
Total	<u>181.127</u>

6 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2021	2020
Imóveis	4%	1.058.109	(127.429)	930.680	973.005
Equipamentos	10%	150.543	(93.709)	56.834	69.266
Móveis e utensílios	10%	38.214	(35.649)	2.565	6.386
Instrumentos musicais	10%	2.681.233	(1.643.958)	1.037.275	1.294.947
Total		3.928.099	(1.900.745)	2.027.354	2.343.604

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo			
Imóveis	1.058.109	-	1.058.109
Equipamentos	150.543	-	150.543
Móveis e utensílios	38.214	-	38.214
Instrumentos musicais	2.677.913	3.320	2.681.233
Total custo	3.924.779	3.320	3.928.099
Depreciação			
Imóveis	(85.104)	(42.325)	(127.429)
Equipamentos	(81.277)	(12.431)	(93.708)
Móveis e utensílios	(31.828)	(3.822)	(35.650)
Instrumentos musicais	(1.382.966)	(260.992)	(1.643.958)
Total depreciação	(1.581.175)	(319.570)	(1.900.745)
Saldo líquido	2.343.604	(316.570)	2.027.354
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020
Custo			
Imóveis	1.058.109	-	1.058.109
Equipamentos	150.543	-	150.543
Móveis e utensílios	38.214	-	38.214
Instrumentos musicais	2.677.913	-	2.677.913
Total custo	3.924.779	-	3.924.779
Depreciação			
Imóveis	(42.780)	(42.324)	(85.104)
Equipamentos	(66.379)	(14.898)	(81.277)
Móveis e utensílios	(28.006)	(3.822)	(31.828)
Instrumentos musicais	(1.115.751)	(267.215)	(1.382.966)
Total depreciação	(1.252.916)	(328.259)	(1.581.175)
Saldo líquido	2.671.863	(328.259)	2.343.604

7 Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido	
			2021	2020
Intangível em desenvolvimento (a)	112.000	-	112.000	-
	112.000	-	112.000	-

A movimentação do intangível pode ser assim demonstrada:

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Plataforma de música (a)	-	112.000	112.000
Total custo	-	112.000	112.000
Plataforma de música (a)	-	-	-
Total amortização	-	-	-
Saldo total	-	112.000	112.000

- (a) Parceria com o consulado dos Estados Unidos da América (EUA) para troca de conhecimentos técnicos na área da musicalização.

8 Receitas com doações

	31/12/2021	31/12/2020
Parceria Consulado	140.324	103.803
	140.324	103.803

	31/12/2021	31/12/2020
Doação pessoas físicas e jurídicas	248.280	499.606
	248.280	499.606

9 Despesas gerais

	31/12/2021	31/12/2020
Outros materiais	(20.346)	(371.993)
Despesas legais	(16.732)	(17.237)
Devolução de Saldo Residual – Theatro Municipal de São Paulo	(1.907)	-
Material gráfico	(1.224)	(795)
Consumo energia elétrica	(943)	(2.113)
Treinamento de pessoal	(800)	-
Combustíveis	(682)	(4.589)
Aquisição/compra de partituras	(651)	-
Cartórios e registros	(631)	(92)

	31/12/2021	31/12/2020
Lanches e refeições	(447)	(311)
Despesas de fretes	(180)	-
Correios e telegrafos	(113)	(109)
Condução/táxi	-	(71)
Administração de Bilheteria	-	(111)
Viagens e estadias	-	(26.266)
	(44.656)	(423.687)

Em 2020, em razão da pandemia do Covid-19 que acentuou uma situação de vulnerabilidade social, a Associação promoveu a campanha “**Doe Música, doe Vida**”, e empregou a importância de R\$ 371.645 na aquisição e distribuição de cestas básicas para amparo às mais de 14 mil famílias de alunas e alunos dos projetos GURI Capital e Grande São Paulo e EMESP Tom Jobim. Em virtude do encerramento da campanha, houve uma redução significativa na rubrica de despesas gerais para o exercício de 2021.

10 Serviços prestados por terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(124.304)	(142.483)
Consultoria e assessoria	(35.000)	-
Serviços diversos - pessoa física	(3.657)	-
Auditoria	(4.800)	-
	(167.761)	(142.483)

- (a) As despesas com serviços diversos pessoa jurídica referem-se, principalmente a serviços artísticos, transporte, registro de imagem, publicidade e propaganda, entre outros.

11 Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	995	1.378
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	6.723	-
	7.718	1.378
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(18.132)	(18.389)
	(18.132)	(18.389)
Resultado financeiro, líquido	(10.414)	(17.011)

12 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Associação não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020), a Associação está sujeito aos fatores de:

(i) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Associação.

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	82.871	260.187
Títulos e valores mobiliários	181.127	-
	<u>263.998</u>	<u>260.187</u>

- **Caixa e equivalentes** - A política de gestão de risco determina que a Associação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Associação possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha.
- **Títulos e valores mobiliários** - Em 31 de dezembro de 2021 a Associação detinha saldo de Títulos de valores mobiliários concentrados em fundos de investimentos no montante de R\$ 181.127, com a intenção de uso na operação. A Administração considera este risco baixo, pois as operações são mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e Equivalentes de caixa - Bancos conta movimento	Custo Amortizado	Nível 1	71.971	-
Caixa e Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.900	-
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<u>181.127</u>	<u>260.187</u>
			<u>263.998</u>	<u>260.187</u>
Passivos	Classificação		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		-	(6.959)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		<u>-</u>	<u>(34.731)</u>
			<u>-</u>	<u>(41.690)</u>

O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

13 Aspectos relacionados a impostos e contribuições

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos Impostos prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam:

- (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e
- (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, envidando esforços para alcançá-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patronal, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuições para Terceiros.

A instituição é isenta do PIS/PASEP, da COFINS e da CSL.

14 Renúncia fiscal

A Associação entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção.

Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL

Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que "consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos".

Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS

Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

15 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e reponsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras "carve-out", conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

* * *


Rodrigo Ronald Henrique da Silva
Contador
CRC nº 4SP-290165/O-2